



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
 PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
 PROCURADORIA FEDERAL JUNTO À UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
 PROCURADORES PF-UFES

**PARECER n. 797/2017/PROC UFES/PFUFES/PGF/AGU**

NUP: 23068.024973/2013-88

INTERESSADOS: SUPERINTENDÊNCIA DE CULTURA E COMUNICAÇÃO SUPECC UFES

ASSUNTOS: ATIVIDADE MEIO

*À Senhora Pró-Reitora de Administração,*

1. Trata-se de análise da minuta do OITAVO Termo Aditivo (fls. 463/verso), referente ao Contrato nº 78/2014, celebrado entre a UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – UFES e a FUNDAÇÃO ESPÍRITO SANTENSE DE TECNOLOGIA – FEST, que tem por objeto inserir planilha de Receitas e Despesas Reorçamentada, sem alterar o valor do Contrato, bem como, prorrogar o prazo contratual por mais 6 (seis) meses de 30/12/2017 à 30/06/2018,

2. Ressalta-se que o Contrato supracitado (fls. 95/100), tem por objeto a Prestação de Apoio por parte da CONTRATADA ao Projeto de "Desenvolvimento institucional das atividades integradas de cultura e comunicação da UFES".

3. Verifica-se às fls. 445/446 o documento que apresenta a devida justificativa à solicitação do Aditivo ao referido Contrato – conforme prevê o §2º do art. 57 da Lei 8.666/93 – *parcialmente transcrito*:

"[...] A reorçamentação de planilha de receitas e despesas orçamentárias sem alteração de valor do contrato, pelo motivo de ajustes de saldo das rubricas."

4. Compulsando os autos, não verifico Ata de reunião do Conselho Departamental, aprovando a solicitação de aditivo ao projeto, requisito exigido pela *Cláusula Décima Primeira - Da Reorçamentação* (fl. 99), *in verbis*:

"O Coordenador do Projeto poderá propor a reorçamentação da Planilha de Receitas e Despesas que **deverá ser aprovada previamente pelo Conselho Departamental**.

11.1 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar os acréscimos e supressões, ao valor ou objeto deste contrato, que se fizerem necessários de acordo com os limites e condições estabelecidos no art. 65 da Lei nº. 8.666/93."

5. Quanto ao aspecto legal, a inclusão de Nova Planilha Reorçamentada, bem como a prorrogação do prazo de vigência propostos pelo Termo Aditivo, merecem análise pormenorizada,

6. Observa-se que a FEST é uma instituição jurídica de Direito Privado, que goza de autonomia financeira, patrimonial e administrativa, de interesse público e coletivo, sem fins lucrativos, com atividades dirigidas ao ensino, à pesquisa e transferência de conhecimento, ao desenvolvimento institucional, tecnológico e à proteção e preservação do meio ambiente, conforme precípuo o art. 1º de seu Estatuto.

7. A Fundação em comento possui importante papel incentivador nas atividades educacionais da UFES, sendo eleita para gerir os Contratos cujo objeto primordial é a realização de Projetos de Extensão. Desta feita, a prestação de apoio não se compara à prestação de serviço, pois não subsiste qualquer interesse econômico a ser suprido. Verdadeiramente, tem por escopo a melhor atuação dos entes públicos, empregando-se mais efetividade às atividades de cunho educativo e social, no termos da Lei 8.958/1994 e do Decreto nº 5.205/2004.

8. Vem a calhar neste contexto a as lições da Professora Maria Sylvia Zanella Di Pietro, que conceitua fundações instituídas pelo Poder Público como sendo:

"*... o patrimônio, total ou parcialmente público, dotado de personalidade jurídica, de direito público ou privado, e destinado, por lei, ao desempenho de atividades do Estado na ordem social, com capacidade de auto-administração e mediante controle da Administração Pública, nos termos da lei.*"

9. Neste interim, o Contrato em análise é *sui generis*, implicando em situação específica, visto que o valor destinado à FEST pela prestação de apoio, não se confunde com o patrimônio gerido pela Fundação corresponde ao valor global do Contrato.

10. O Tribunal de Contas da União vem admitindo a regularidade da situação acima descrita, desde que haja definição precisa e clara dos objetos a serem contratados com as fundações de apoio, e conexão com atividades de ensino, pesquisa, extensão ou desenvolvimento institucional, em projetos com prazo determinado e que resultem produtos bem definidos. (Acórdãos nº 2295/2006 – P – Relação 152/2006 GAB VC, 253/2007 – P – Relação 9/2007 GAB GP, 1388/2006 – P, 6/2007 – P, 197/2007 – 2ª C, 218/2007 – 2ª C, 289/2007 – P, 503/2007 – P, 706/2007 – P, 1155/2007 – P, 1263/2007 – P, 1236/2007 – 2ª C, 1279/2007 – P, 1882/2007 – P,

2448/2007 – 2ª C, 2466/2007 – P, 2493/2007 – 2ª C, 2645/2007 – P, 3541/2007 – 2ª C, 599/2008 – P, 714/2008 – P, 1378/2008 – P, 1279/2008 – P, 1508/2008 – P, 3045/2008 – 2ª C e Súmula 250 – TCU).



11. Superado tal questionamento, o Termo Aditivo em análise enquadra-se na *Cláusula Décima Primeira - Da Reorçamentação* (fl. 99), muito embora a peculiaridade do Contrato em questão, por não se tratar de prestação de serviço, e sim de Contrato *sui generis*, afaste a aplicação dos limites previstos no art. 65, §1º, da Lei 8.666/93.

12. Quanto à possibilidade de prorrogação prazo, verifica-se o enquadramento na *Cláusula Segunda - Da Vigência* (fls. 95), assim como se deve respeitar o exposto no Art. 57, da Lei 8.666/93. No entanto, no caso sob análise é importante ressaltar a natureza acessória do Contrato 78/2014, uma vez que se direciona a prestar apoio ao Projeto de "Desenvolvimento institucional das atividades integradas de cultura e comunicação da UFES".

13. Ressalta-se que a Procuradoria Federal não detém conhecimento técnico ou competência para aferir a totalidade dos dados insertos, alertando que compete exclusivamente à área técnica do Departamento de Contratos e Convênios verificar, com precisão, se as informações e valores atendem aos interesses do Projeto e à própria Universidade.

14. Por fim, recomendo sejam adotados os comandos determinados no ACÓRDÃO Nº 9.604/2017 – TCU – 2ª Câmara do TCU de 07/11/2017, específico para a UFES, dentre os quais, sem prejuízo de outros constantes do referido julgado:

a) consoante o art. 55, inciso IV, da Lei 8.666/93, o cronograma físico-financeiro da execução do serviço é peça obrigatória do contrato com as Fundações, a ser definido em cláusula específica; assim, caso não exista nestes autos, deve ser providenciado.

b) a transferência de recursos à Fundação contratada deve observar a compatibilidade entre os serviços executados e o cronograma físico-financeiro acordado entre as partes, o qual deve ser juntado aos autos.

c) é ilegal deixar de exigir a apresentação de prestações de contas parciais relativamente a contratos de gerenciamento de projetos que envolvam repasses durante a sua vigência de parcelas autônomas, independentes, entendidas como as repassadas para uma determinada fase, módulo ou período do curso (semestre, ano, etc.), tais como, por exemplo, os cursos de ensino a distância, por configurar transgressão ao art. 11, § 1º, do Decreto 7.423/2010.

15. ISTO POSTO, analisando a minuta proposta, verifiquei a sua conformidade com a legislação aplicável, motivo pelo qual **NÃO vislumbro óbice jurídico à assinatura do Termo Aditivo** (fls. 463/verso), desde que seja atendido o requisito previsto na *Cláusula Décima Primeira - Da Reorçamentação*, isto é, a aprovação pelo Conselho Departamental.

*Este é o entendimento jurídico que submeto à sua apreciação.*

Vitória, 24 de novembro de 2017.

**FRANCISCO VIEIRA LIMA NETO**  
 PROCURADOR FEDERAL  
 SIAPE 0.298.168 - OAB/ES 4.619

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 23068024973201388 e da chave de acesso d7ca5cdb

De acordo

Em 24/11/17

Teres Cristina Janes Carneiro  
 Pró-Reitora de Administração  
 UFES